

*Disciplina e piedade: o movimento feminino católico brasileiro no começo do século XX**

Ana Paula Vosne Martins¹

DOI: 10.4025/rbhranpuh.v9i26.31717

Resumo: O artigo trata da participação das mulheres laicas no movimento católico brasileiro nas primeiras décadas do século XX, dando maior destaque para a Confederação Católica, criada no Rio de Janeiro em 1922, e a Ação Católica Brasileira, fundada em 1935. A análise busca compreender o processo de feminização do catolicismo que se deu a partir do século XIX e a participação mais atuante das mulheres não só pelo prisma da submissão e da obediência ao clero. Defende que pelo conservadorismo e pela adequação aos papéis de gênero convencionais tão solidamente defendidos pelo clero e pelos leigos da Ação Católica algumas mulheres que se tornaram lideranças destacadas, como Stella de Faro, conseguiram ter um protagonismo público não só em paróquias e associações devocionais, mas também na ação social e na organização da Ação Católica, contribuindo para a construção de uma identidade católica militante.

Palavras-chave: mulheres católicas; identidade; associações católicas; ação católica

Discipline and piety:

the brazilian catholic female movement in early 20th Century

Abstract: The article deals with the participation of lay women in the Brazilian Catholic movement in the first decades of the 20th Century, giving greater prominence to the Catholic Confederation, created in Rio de Janeiro in 1922, and the Brazilian Catholic Action, founded in 1935. The analysis seeks to understand the process of feminization of Catholicism that occurred from the 19th Century on and the more active participation of women not only through the prism of submission and obedience to the clergy. It argues that through conservatism and the adequacy to conventional gender roles, so solidly defended by the clergy and the lay of the Catholic Action, some women who became outstanding leaders, like Stella de Faro, were able to have a public role not only in

* Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo CNPq com bolsa de pós-doutorado sênior (2015-2016) realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (1987), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1992) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Fez pós-doutorado (2004) na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. É professora da Universidade Federal do Paraná desde 1993, foi fundadora (1994) e coordenou o Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR até 2015. Foi vice-diretora do Setor de Ciências Humanas e entre 2011 e 2013 coordenou o Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Atualmente é bolsista sênior de pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense. Email: ana_martins@uol.com.br

parishes and devotional associations, but also in social action and organization of the Catholic Action, contributing to the construction of a militant Catholic identity.

Key words: catholic women; identity; catholic associations; catholic action

Disciplina y piedad: el movimiento católico femenino brasileño en comienzos del siglo XX

Resumen: el artículo trata de la participación de las mujeres laicas en el movimiento católico brasileiro en las primeras décadas del siglo XX, proporcionando más destaque a la Confederación Católica, creada en Rio de Janeiro en 1922, y a la Acción Católica Brasileira, fundada en 1935. El análisis busca comprender el proceso de feminización del catolicismo que ocurrió a partir del siglo XIX y la participación más actuante de las mujeres no solamente por el prisma de la sumisión y de la obediencia al clero. Defiende que por el conservadorismo y por la adecuación a los papeles de género convencionales tan sólidamente defendidos por el clero y por los legos de la Acción Católica algunas mujeres que se tornaron líderes destacadas, como Stella de Faro, consiguieron tener un protagonismo público no solo en parroquias y asociaciones devocionales, sino también en la acción social y en la organización de la Acción Católica, contribuyendo para la construcción de una identidad católica militante.

Palabras-clave: mujeres católicas; identidad; asociaciones católicas; acción católica

Recebido em 20/04/2016 - Aprovado em 21/05/2016

Em junho de 1942 a presidente da Liga Feminina de Ação Católica, Stella de Faro, escreveu a Mensagem da Presidente endereçada às “queridas amigas” que a leriam no Boletim da Liga, publicação criada no Rio de Janeiro em abril daquele mesmo ano sob a recomendação do Assistente Arquidiocesano. Sua mensagem começava com um tema piedoso, lembrando da “onipotência suplicante” de Maria cujo mês de celebração havia encerrado, abrindo-se em junho as comemorações do Sagrado Coração de Jesus. Cabiá às dirigentes da Liga, na sua “missão de paladinas e arautas do reino de Cristo na sociedade” tomar a frente nas festas do Sagrado Coração de Jesus que ocorreriam naquele mês como sempre o fizeram desde a organização da Liga. Conclamava suas colegas que comparecessem todas na procissão do Santíssimo Sacramento vestindo-se de preto e portando o véu ou a mantilha da mesma cor. Aquelas que por algum motivo não pudessem comparecer com esse vestuário sóbrio na cor preta ou que se fizessem acompanhar de crianças deveriam seguir a procissão junto ao povo. Tais recomendações detalhadas se justificavam, segundo Stella, porque as mulheres daquela organização não deveriam trazer “desordem ou falta de uniformidade nas fileiras da Liga Feminina de Ação Católica, que deve primar pela sua disciplina e piedade.”² (FARO, 1942: p.1)

² Stella de Faro (1888-1972) foi a militante e dirigente do movimento católico brasileiro com maior visibilidade e reconhecimento público nacional e internacional. Foi uma das mais próximas colaboradoras de Dom Sebastião Leme e por meio de pesquisa realizada nos periódicos do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1910 e 1950, podemos afirmar com segurança que Stella de Faro esteve envolvida em todas as atividades religiosas daquele período, tanto como representante das Filhas de Maria, da Confederação Católica e da Ação Católica Brasileira, quanto das mais diversas associações

Disciplina e piedade eram as condições para que as mulheres católicas participassem não só de momentos coletivos de celebração religiosa como as procissões, mas divisas de uma verdadeira “milícia de senhoras” como definida por outra militante católica da época, a cearense Vera de Melo Franco. Essas mulheres não eram somente devotas dedicadas das paróquias que freqüentavam piedosamente missas e procissões, mas sim militantes do ramo feminino da Ação Católica, esse movimento católico internacional de homens e mulheres laicos submetidos à hierarquia e à direção do clero que no Brasil vinha se organizando desde o começo do século XX, tendo seus Estatutos publicados e sendo oficializada em 1935, sob o comando e a orientação do Cardeal D. Sebastião Leme.

A Ação Católica em todas as suas múltiplas dimensões é bem conhecida pela historiografia brasileira dedicada a entender o movimento católico e seu projeto de cristianização da sociedade colocado em prática a partir dos anos 1920. (DIAS, 1996) Entretanto, estes estudos se concentraram ora na fundamentação clerical, especialmente nas encíclicas dos Papas Pio X, Bento XV, Pio XI e Pio XII, nos escritos de clérigos brasileiros como D. Sebastião Leme e Leonel Franca que tratavam da participação dos laicos neste ambicioso projeto, ora nas publicações das principais lideranças masculinas laicas como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Jonathas Serrano, Sobral Pinto, entre tantos outros que também integraram o Centro Dom Vital ou então que escreviam para a grande imprensa ou em jornais católicos, entre eles *A União*, editado no Rio de Janeiro desde 1905. Entretanto, a Ação Católica não se restringiu à elite masculina, clerical ou laica, afinal sua pretensão restauradora se estendia por diferentes setores da sociedade, abrangendo desde a vida religiosa mais imediata nas paróquias, até a arregimentação da juventude, dos operários, das mulheres, bem como a atuação na educação, na imprensa, na vida cultural e no amplo setor da assistência social com sua vasta ramificação de associações e organizações espalhada por todo o país.

Numa primeira aproximação a Ação Católica parece realmente ser o resultado da elaboração intelectual e doutrinária do clero e da elite católica masculina, que escrevia e publicava sobre a ação apostólica e suas estratégias. A memória histórica desse movimento registrou os feitos e as palavras desses homens como sendo representativo do conjunto da Ação Católica. Mas, quando ampliamos a documentação para além dos textos “fundadores” e das publicações de artigos, ensaios e livros daquela elite masculina, a Ação Católica e de resto todo o movimento católico laico se revela mais complexo e diversificado na sua composição social, com linhas bem definidas de gênero e de geração. Da mesma forma, a ampliação de foco permite vislumbrar uma rede de ação que abrange desde o nível local das paróquias, passando por organizações mais amplas que integravam a estrutura organizacional da Ação Católica Brasileira, até o nível internacional do qual as mulheres católicas brasileiras já participavam desde a década de 1910.

católicas do Rio de Janeiro. Cabe ainda destacar que Stella de Faro foi uma representante ativa da ação social católica na composição do Conselho Nacional de Serviço Social, criado por Getúlio Vargas em 1938.

Neste artigo propomos a ampliação do foco de análise sobre o movimento católico brasileiro no contexto de organização e de oficialização da Ação Católica. Mais do que um movimento das elites masculinas laicas, a Ação Católica foi um importante movimento do qual participaram ativamente as mulheres da elite, mas também mulheres de camadas sociais mais populares que atenderam prontamente o apelo clerical e das próprias lideranças femininas para se engajarem no combate de restaurar tudo em Cristo, como havia conclamado o Papa Pio X. No entanto, mais do que um atendimento subserviente e obediente ao chamado clerical defendemos neste artigo que a militância católica feminina laica abriu uma oportunidade de valorização da ação feminina e de experiências novas para as mulheres ativistas, como o uso da palavra em público e práticas de organização e de mobilização coletiva. Nessa direção consideramos também importante destacar que mesmo para uma minoria, a elite católica feminina, a participação na Ação Católica abriu oportunidades para contatos com o movimento internacional de mulheres católicas, na época aglutinado pela Federação Internacional das Ligas Femininas Católicas, fundada em 1910 em Bruxelas com o apoio do Papa Pio X, que estabeleceu as diretrizes para a ação social católica e também para outros temas candentes da época como o voto feminino e a questão mais espinhosa da emancipação feminina. (DELLA SUDA, 2007)

Este artigo pretende ser uma contribuição para a história da participação das mulheres no movimento católico brasileiro e internacional, bem como lançar as bases para uma reflexão sobre o conservadorismo feminino, aspecto negligenciado pela historiografia que analisa tanto o catolicismo quanto a história das mulheres no Brasil.

Das filhas de Eva às Filhas de Maria

O historiador Ralph Gibson em artigo publicado em 1993 não só lembrava o silêncio historiográfico feminista a respeito das mulheres católicas, como tinha o objetivo de explicar um fenômeno por ele observado para a sociedade francesa do século XIX, denominado feminilização do catolicismo. Gibson afirma existirem evidências estatísticas ao que acrescentamos também registros memorialísticos sobre a presença numericamente expressiva e assídua das mulheres nas igrejas e nos sacramentos. Seu artigo é uma primeira aproximação desse fenômeno, procurando pelas causas religiosas e sociais que aproximaram as mulheres não só da religião católica, mas igualmente do clero, esse grupo social que a produção da história das mulheres havia associado à desconfiança, intolerância quando não mesmo à misoginia. (GIBSON, 1993)

Foram várias as causas para o que Gibson e outros pesquisadores chamaram de feminilização do catolicismo e elas não se restringem às mudanças no clero ou nas práticas devocionais do século XIX, mas se enraízam num processo histórico mais antigo, remontando, segundo Gibson, ao espírito reformador tridentino da Igreja Católica. Embora os padres compartilhassem um conjunto de valores bastante antigos e negativos sobre a sexualidade feminina, colocando as mulheres sob a suspeita da origem do Mal no mundo, o ímpeto reformador das práticas religiosas e dos costumes por meio do sacramento da confissão e da imposição de uma moral sexual aos laicos acabou por transformar os padres em defensores das mulheres contra o descontrole e a violência

sexual dos homens, em nome da defesa da castidade e da ordem social. Outra explicação de Gibson para a aproximação entre as fiéis católicas e o clero foi o culto mariano e a conseqüente feminilização da própria Igreja por meio de uma imágética feminina do Cristianismo, reforçando a crença de que Maria seria o caminho de uma fé sentimental para alcançar o Filho. Por fim, ainda destacamos outra explicação que consideramos importante para o contexto do catolicismo do século XIX e não restrito somente à França, conforme analisou Gibson, que é a presença feminina nas igrejas, seja pelo aumento expressivo das congregações religiosas, seja pela atuação das mulheres laicas nas novas confrarias e associações piedosas, criadas pelo clero e mantidas sob estrita observância da hierarquia clerical, como a Pia União das Filhas de Maria, o Apostolado da Oração, a Arquiconfraria das Mães Cristãs e as Damas de Caridade.

Portanto, apesar da permanência da desconfiança do clero em relação às capacidades disruptoras da sexualidade feminina, começou efetivamente a ocorrer uma aproximação entre as mulheres devotas e o clero no século XIX. Esta aproximação foi marcada pela obediência e a submissão, mas também pela colaboração. As mulheres passaram a apoiar os padres no seu esforço apostólico reformador e restaurador, bem como no trabalho paroquial, organizando as atividades coletivas como procissões, limpando e arrumando as igrejas, arrecadando recursos para as atividades caritativas das paróquias, mas também participando das atividades devocionais em suas associações religiosas, contribuindo desta forma para a expansão da fé católica e o trabalho de propaganda da doutrina e da moral católicas entre os paroquianos, especialmente os mais recalcitrantes.

Para Gibson, mas também para a historiadora Elizabeth C. Macknight (2007), as mulheres das elites foram mais receptivas à autoridade do clero. Isso poderia ser explicado, segundo Gibson, por uma Igreja mais fortemente centrada na piedade e na devoção, encontrando as mulheres um espaço de proteção, de ação religiosa, de protagonismo nas associações femininas católicas e nas paróquias o que lhes rendia visibilidade, prestígio social e reconhecimento, algo que somente por meio das relações sociais e familiares não seria alcançado, tendo em vista a supremacia masculina no terreno social e político. A religião seria, portanto, uma nova esfera de atuação para as mulheres de elite, mesmo que subordinadas ao clero. Macknight, por outro lado, lembra que as mulheres de elite tinham historicamente fortes laços com a Igreja. Primeiro porque geralmente as mulheres da nobreza ou da alta burguesia foram educadas em conventos ou tiveram professores padres, além do forte instrumento de inculcação da obediência e da disciplina que representava a confissão. Segundo, porque receberam mais intensamente por meio da educação e das sociabilidades religiosas em conventos, nas paróquias e nas associações religiosas femininas, entre elas a União Pia das Filhas de Maria, o modelo de feminilidade difundido pelo catolicismo, baseado na maternidade e na obediência, simbolizado pela Virgem Maria.

Numa chave de interpretação próxima a Pierre Bourdieu, Macknight reforça o trabalho de eternização das diferenças sexuais realizado pela Igreja Católica, eficaz entre as mulheres de elite principalmente, que aderiram à visão de mundo católica e conservadora como obedientes e submissas seguidoras da autoridade e da hierarquia

clerical e masculina. A partir do estudo que fez sobre as mulheres da nobreza e sua colaboração com o clero na restauração de seu poder na sociedade francesa a autora não vê nenhuma possibilidade de agência feminina por meio da religião, mas somente cumplicidade, adesão e submissão à Igreja e à sua visão de mundo na qual prevalecia a reprodução da divisão sexual e da inferioridade das mulheres.

Numa direção próxima a esta Maria José Rosado Nunes (1996) trata da feminilização do catolicismo no Brasil. Em seu artigo a autora situa historicamente o processo de aproximação entre clero e mulheres católicas, abrangendo o lento e contraditório processo de modernização da sociedade brasileira, com a urbanização, a industrialização, o fim da escravidão, o novo regime republicano com o fim da monarquia em 1889, mudanças essas que tiveram forte impacto sobre as vidas das mulheres, tanto das classes trabalhadoras quanto das classes médias, que passaram a ter mais oportunidades de trabalho e de educação. Quanto à participação mais intensa das mulheres laicas na vida religiosa Maria José retoma o que chama de processo de reversão de decadência institucional da Igreja no Brasil, processo este que marcara a história da Igreja até meados do século XIX. A reforma foi primeiramente atinente ao próprio clero, voltado para uma formação mais bem cuidada que preparasse os padres a fim de exercerem suas funções clericais a partir da estrita observância da doutrina católica formulada pela Santa Sé e fundada na tradição e na hierarquia. Além desse trabalho reformador interno o clero brasileiro passou também a ampliar seu controle sobre os laicos por meio da crescente autoridade que passou a exercer a partir de uma presença mais efetiva e vigilante na administração espiritual das paróquias. Tal processo não foi linear e nem ocorreu ao mesmo tempo, sendo mais evidente nas cidades maiores e com dioceses mais organizadas sob o controle de bispos igualmente mais fortalecidos em sua liderança e autoridade, tanto clerical quanto entre os laicos.

Segundo Nunes, a Igreja passou a mobilizar as mulheres brasileiras como elementos fundamentais em sua reforma institucional. A autora diz que pela primeira vez em sua história a Igreja se dirigia diretamente às mulheres e nelas encontrou apoio e participação no projeto reformador. Entretanto, para Nunes essa presença feminina mais constante nas Igrejas e nos sacramentos não se deu sem contradições. Por um lado, a feminilização do catolicismo teria se dado como parte da intenção do clero brasileiro em diminuir o poder do laicato masculino, bem entrincheirado nas suas confrarias e irmandades, com pouca frequência às missas e aos sacramentos, especialmente a confissão e a comunhão. No entanto, mesmo mais presentes nas igrejas, colaborando diretamente nas paróquias e apoiando as diretrizes episcopais relativamente às atividades religiosas e às práticas de devoção e de caridade, isso não significou que as mulheres tivessem algum tipo de poder ou de autoridade, pois segundo Nunes tal feminilização esteve o tempo todo submetido a um processo mais amplo e vigoroso de orientação romana, a “clericalização” da sociedade, ou seja, o reconhecimento do poder espiritual sobre o poder temporal, da Igreja sobre o século, do clero sobre os laicos. Portanto, para Maria José Rosado Nunes a feminilização do catolicismo deve ser compreendida como parte de um projeto maior de controle do clero sobre os laicos, o que não significa dizer que as mulheres fossem tão somente autômatos do poder clerical. Em seu artigo Maria

José destaca que as mulheres tiraram proveito dessa aproximação com o clero destacando as sociabilidades decorrentes do associativismo religioso, a ampliação do acesso à educação fornecida pelos colégios católicos com a chegada das congregações religiosas femininas desde meados do século XIX, e pelo protagonismo caritativo em diferentes instituições católicas assistenciais que contavam com o trabalho voluntário das damas de caridade.

Concordamos com essa análise de Maria José Rosado Nunes, pois certamente a feminilização do catolicismo não só no Brasil, mas num contexto internacional de restauração e reordenamento sob a autoridade da Santa Sé, não significou uma mudança qualitativa significativa do papel das mulheres na Igreja, afinal era parte, sim, de um projeto maior de clericalização. Contudo, é preciso avançar a análise, afinal pouco se sabe das motivações das mulheres em atender os apelos dos padres e bispos para que ficassem ao lado da Igreja e do clero, para que participassem do projeto ambicioso de restaurar a ordem católica num mundo que parecia à deriva e perigosamente rumando para a vitória das forças inimigas do catolicismo, como o laicismo, o protestantismo, o socialismo e mesmo o indiferentismo religioso. Essa análise das motivações requer uma abordagem que respeite as especificidades de cada contexto histórico dos diferentes países católicos, afinal as motivações e os enfrentamentos foram diferentes. No caso brasileiro ainda carecemos de análises mais localizadas sobre a crescente participação feminina no projeto católico atendendo a orientação clerical. A historiografia permite lançarmos algumas hipóteses somente, porque faltam pesquisas sobre as organizações femininas católicas para o século XIX e mesmo aquelas que foram criadas no século XX são pouco conhecidas. Requer ainda uma análise que incorpore a categoria gênero, pois como pretendemos demonstrar neste artigo, o gênero pode referir-se tanto à reprodução social das desigualdades e de relações hierárquicas de poder, como pode também ser também uma experiência de agência e de empoderamento, mesmo que marcada por ambigüidades e contradições, como as relações entre as mulheres laicas e o catolicismo são reveladoras.

O que podemos afirmar a partir da historiografia é que desde meados do século XIX a Igreja passou a elaborar um discurso positivo sobre as mulheres fundado na maternidade e no zelo feminino pela religião e como disseminadoras da fé católica. Este discurso mais positivo sobre a feminilidade era algo novo na Igreja, tendo em vista a milenar desconfiança com as mulheres devido à suposta responsabilidade de Eva pelo pecado original, pela impureza e pelos desregramentos morais. (GIORGIO, 1994) Somente como hipótese podemos pensar que o atendimento das devotas ao apelo clerical talvez tenha relação com esta atitude menos defensiva e com a extensão do marianismo pelo mundo católico. Maria José Rosado Nunes lembra também de uma mudança que deve ter contribuído para a maior presença das mulheres nas igrejas e conseqüente proximidade com o clero: o horário das cerimônias litúrgicas. As cerimônias realizadas em horários mais tardios dificultavam sobremaneira a presença feminina, por motivos vários, entre eles a questão do decoro e as dificuldades para mulheres das classes mais abastadas saírem às ruas sombrias e mal cuidadas, mesmo se fazendo acompanhar de seus escravos. Em horários matutinos ou vespertinos seria mais provável que as mulheres das

elites pudessem comparecer com mais frequência às igrejas e também se alongar um pouco mais em conversas com outras devotas e para ouvir as orientações do pároco.

Além disso, é preciso dizer que no processo de restauração católica ao longo do século XIX o clero contou muito com o apoio das devotas defensoras de uma atitude laica conservadora e no Brasil, anti-maçônica, que foi bem recebida pelas autoridades eclesiásticas e estimulada pelos clérigos em suas paróquias e nos escritos piedosos voltados para as mulheres. Talvez um dos primeiros momentos nos quais as mulheres católicas das elites se manifestaram publicamente em apoio ao clero foi por ocasião do ápice da Questão Religiosa de 1874 envolvendo o Bispo de Olinda, Dom Vital e o Bispo do Pará, Dom Macedo Costa. (DIAS, 1996) Segundo a historiadora Kátia Mattoso (1992: p.413) no momento mais tenso da Questão Religiosa, quando os dois bispos foram presos, as Damas de Caridade de Salvador enviaram uma representação à Imperatriz Tereza Cristina para que intercedesse em favor dos bispos, assinada por 2051 senhoras da sociedade baiana.

Ainda sobre esta reabilitação feminina por parte do discurso eclesiástico cabe dizer que muitos escritos produzidos por autores do clero e laicos desde meados do século XIX passaram não só a enaltecer as qualidades morais e religiosas das mulheres, mas também a afirmar que foi o Cristianismo e a Igreja Católica que reabilitaram Eva por Maria e que na sua força civilizadora a Igreja Católica restituiu às mulheres os seus direitos como esposa e mãe, ou nas palavras do bispo de Salvador, D. Romualdo Dias, em discurso pronunciado por ocasião da fundação da Casa da Providência das Damas de Caridade de Salvador, em 1859: “O Cristianismo, e só o Cristianismo, proclamando a liberdade do gênero humano (...) restituiu à mulher os direitos, que séculos de trevas e de erros lhe tinham roubado, e de escrava a tornou digna de ser associada por suas virtudes e por sua influência doméstica e social, à grande obra do Evangelho e da Civilização.” (apud. REIS, 2000: p.85)

No caso das mulheres baianas de metade do século XIX Adriana Reis informa que há vários indícios documentais da sua adesão às idéias reformadoras do Arcebispo da Bahia, Dom Romualdo Antônio de Seixas, um dos pioneiros da reforma da Igreja no Brasil pelas diretrizes do movimento ultramontano: “As mulheres tornaram-se suas grandes aliadas, assumindo instituições de caridade e escolas para meninas, tornando-se maioria nas associações religiosas, além de exercerem sua ação direta dentro da família.” (REIS, 2000: p.111) Seria necessário expandir essa análise realizada por Adriana Reis para outras regiões do Império desde os anos 1850 a fim de conhecermos a amplitude da participação ativa das mulheres nas atividades religiosas e caritativas, especialmente aquelas ligadas ao movimento vicentino organizado pelos católicos franceses Bailly e Ozanam e pela Irmã de Caridade Rosalie Rendu ainda na década de 1830. (FAYET-SCRIBE, 1990) A participação laica por meio das Conferências Vicentinas (masculinas) e as associações de Damas de Caridade (femininas) começou a se expandir pelo Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Portanto, para compreender o processo de feminização do catolicismo no Brasil seria necessário começar a investigação pelo movimento vicentino e também pelas confrarias e associações religiosas femininas.

Lançamos ainda outra hipótese sobre esse processo de aproximação entre o clero e as mulheres devotas e colaboradoras que acompanha, de certa forma, a proposição de Maria José Rosado Nunes. Trata-se das novas associações e confrarias religiosas femininas que foram criadas no contexto do movimento restaurador da Igreja Católica, entre elas a União Pia das Filhas de Maria, o Apostolado da Oração e a Arquiconfraria das Mães Cristãs. As três associações foram criadas no século XIX e tinham como objetivo mais geral organizar meninas, jovens mulheres, mulheres casadas e mães com finalidades devocionais primordialmente, inculcando a doutrina e a moral católicas para que orientadas pelo clero exercessem o papel de propagadoras do catolicismo dentro de suas famílias. Mas essas associações também desempenharam outros papéis, como o apostolado entre os pobres, aqueles que mais precisavam de socorro dispensados pela caridade praticada pelas mulheres das associações. Outra missão apostólica era a divulgação dos valores católicos por meio de publicações próprias ou da divulgação e propaganda de jornais, revistas e livros católicos. Iniciou-se, portanto, ainda em meados do século XIX um movimento não só de fortalecimento da devoção com ampla participação das mulheres, mas também da ação feminina católica que tanto contribuiu para a restauração conduzida pelo clero. (GUARIZA, 2003; BRION, 2009; MARQUES, 2011)

Para autoras como Nunes e Reis a feminilização é interpretada como estratégia de controle das mulheres por parte do clero, sendo elas instrumentais ao movimento de restauração católica das famílias, das associações e da sociedade. Entretanto, é preciso reconhecer que para as jovens e as mulheres casadas a participação nas associações não representava tão somente obediência, submissão e passividade frente ao clero. Os estudos mais direcionados para as associações mostram que se havia obediência e submissão, não se pode falar o mesmo sobre a passividade. Pelo contrário, o próprio clero estimulava que os católicos de maneira geral deveriam agir em defesa da fé e da Igreja, que não bastava conhecer o catecismo e ir à missa e nem dar esmolas só para apaziguar as consciências. O tempo era de combate contra os inimigos da Igreja, que só cresciam nas sociedades modernas, exigindo organização, direção e principalmente ação.

Entre o final do século XIX e início do XX começam a surgir publicações escritas tanto por membros do clero quanto por leigos defendendo a necessidade de se organizar uma elite católica formada por homens e mulheres combativos e dedicados à grande causa da Igreja. Um desses escritos, de autoria de Gustave Zimmerman (1911), foi publicado em importante revista católica suíça do começo do século XX, *L'Éveil*, no qual afirma que para contrapor-se ao quadro desolador dos frutos da revolução e do liberalismo somente a organização por meio das associações. Para o autor a associação católica poderia refazer o que a revolução desfez. Segundo Zimmerman a Igreja foi e era a guardiã vigilante dos interesses sociais, portanto só poderia favorecer as associações de “seus filhos” e apoiar o movimento católico laico. (1911: p.104)

Nessa direção defendemos que se as associações femininas católicas como as acima citadas representaram um importante espaço de sociabilidade, foram igualmente espaços de ação para as mulheres, afinal é preciso lembrar que nas cidades brasileiras do século XIX, mesmo as maiores, as oportunidades para as mulheres saírem de seus lares

eram muito escassas. A vida doméstica e familiar ocupava boa parte do tempo das mulheres de elite intercalada por festas e reuniões sociais. Sair para outras finalidades, mesmo que fosse para simplesmente caminhar, ainda não era considerado adequado para mulheres brancas de elite, um velho costume colonial que começava a ser lentamente derrubado conforme as vetustas cidades coloniais foram se modernizando no final do século XIX com passeios, jardins, casas de chá e confeitarias. Portanto, sair de casa para participar de reuniões, de orações, de visitas às casas dos pobres, já significava uma mudança considerável para mulheres que não tinham muitas oportunidades de sair, a não ser para ir à missa, a uma festa, a um espetáculo ou aos enterros. Significava também a ampliação das atividades que as mulheres podiam se envolver, afinal as associações promoviam quermesses, arrecadavam recursos para a caridade e para atender as necessidades mais imediatas das paróquias, organizavam reuniões para decidir sobre assuntos de interesse das associações e tomar decisões. Eram demandas coletivas que exigiam organização e o aprendizado de procedimentos que talvez somente restritas à vida doméstica as mulheres de elite não teriam oportunidades para desenvolver.

Também há outro aspecto que não pode ser negligenciado que é o prestígio social e a liderança. Participar de associações majoritariamente compostas por mulheres de elite dava a elas uma visibilidade social bastante positiva, amealhando um capital simbólico considerável aos olhos dos seus pares e das pessoas subalternas, afinal eram mulheres e jovens distintas não só pela classe social, mas pela respeitabilidade que a participação nas associações garantia especialmente para as lideranças. Tal ganho pode ser observado pela leitura dos jornais da época que noticiavam as ações das mulheres piedosas daquelas associações. Em seu trabalho sobre as Filhas de Maria, Ioneide Brion (2009) mostra como a entrada das moças para aquela associação religiosa, com suas exigências rigorosas de conduta e de piedade e o uso das marcas distintivas de seu pertencimento à União Pia como os vestidos brancos, o uso da fita azul e o véu branco nas cerimônias religiosas, dava a elas um lugar de destaque e de distinção social. Ser uma Filha de Maria representava para as jovens brasileiras uma distinção dada pela retidão moral, pela severa submissão à disciplina do seu regulamento, pelo acesso à cultura escrita e pela adequação do que se esperava socialmente de uma boa moça católica. Ser uma Filha de Maria significava pertencer a uma elite feminina e se tornar um exemplo para as outras moças, sendo respeitadas e admiradas. Segundo Brion,

as mulheres desempenharam um destacado protagonismo na revitalização e na fermentação espiritual do catolicismo, sobretudo, através das suas práticas devocionais. Com isso, as associações do período da romanização, como a Pia União, cumpriram um duplo papel: se por um lado deviam moldar o feminino e lhes dar uma pretensa liberdade por outro, acabaram permitindo que as associadas recriassem suas identidades enquanto mulheres e tomassem posições que se opunham ao modelo criado. (BRION, 2009: p.78)

O associativismo católico feminino representou, portanto, a reabilitação das mulheres frente ao clero num contexto de valorização de uma feminilidade definida pela maternidade, obediência, recato, modéstia e humildade. Reabilitadas pelo modelo maternal da Virgem Maria, as mulheres logo se tornaram peças chave no projeto ultramontano e reformador da Igreja no Brasil. Da mesma forma, para muitas delas a visibilidade e a respeitabilidade conquistadas por meio da participação ativa nas associações religiosas representou um ganho social inegável, afinal além do reconhecimento social como mulheres da elite, elas passaram a ser reconhecidas por outro tipo de distinção: a distinção moral que a participação mais intensa no movimento católico garantia para elas, fosse porque mereciam portar os signos dessa distinção em momentos solenes e ritualizados, como fitas, véus e vestuário, seja porque passaram a ser reconhecidas pela ação cada vez mais pública das visitas piedosas e caritativas aos pobres, pela atuação como colaboradoras imediatas do clero, pela publicação de artigos em revistas e jornais católicos, ou então pela visibilidade social garantida pelas campanhas religiosas e morais do interesse da Igreja. Reabilitadas pelo culto mariano, sem dúvida, mas em grande parte por seu protagonismo, mesmo que ainda muito restrito aos limites da obediência à hierarquia clerical.

Católicos em ação

O associativismo religioso de mulheres e homens leigos desde o século XIX estabeleceu uma base social mais sólida para o projeto reformador da Igreja Católica no Brasil. Sem estas associações e sem o engajamento leigo seria muito difícil expandir a doutrina e o que estamos a chamar de visão de mundo do catolicismo romanizado que ia muito além das práticas e cerimônias religiosas, abrangendo um estilo de vida conservador pautado pela moral católica que devia ser ostensivo. Os católicos tinham que mostrar-se como tal, participando de todas as atividades religiosas como missas, procissões e outras cerimônias organizadas pelo clero, mas também seguindo em suas vidas públicas e privadas o código moral católico orientado pelo rigor, pela estrita observância de normas de comportamento e a defesa intransigente dos valores da Igreja Católica que deveriam ser propagados não somente dos púlpitos, mas principalmente pelo que passou a ser chamado pelo clero de “boa imprensa”, os jornais e revistas que defendiam e divulgavam as ideias e a moral católica.

A participação dos leigos e, em particular, das mulheres leigas, no projeto de recristianização da sociedade, tem origens mais remotas no contexto europeu da restauração política anti-revolucionária e anti-liberal das primeiras décadas de século XIX, mas no Brasil ela vinha sendo lentamente preparada, como apontamos acima, desde a segunda metade do oitocentos. Essa participação foi orientada pela hierarquia clerical, afinal desde os pontificados de Leão XIII (1878-1902) e de Pio X (1903-1914) a Igreja havia compreendido que para ampliar o processo de recristianização da sociedade e tomar a dianteira frente ao processo de modernização precisava contar com o auxílio e a colaboração atuante dos leigos, afinal os males da modernidade eram de tal monta e extensão como já havia alertado o Papa Pio IX (1846-1878), que o clero não poderia prescindir da ação apostólica dos leigos. Lançaram-se, assim, as bases da Ação Católica,

da participação efetiva dos leigos no apostolado, sob a hierarquia clerical, num amplo e ambicioso projeto que o Papa Pio X, na Encíclica *Il Fermo Proposito*, afirmou ser o trabalho de difusão e ampliação do Reino de Deus nos indivíduos, nas famílias e na sociedade, reforçando que a Igreja Católica era um força civilizadora e que os males atuais resultavam do crescimento das forças disruptoras da civilização em direção à barbárie. (PIO X, 1905)

No Brasil a Ação Católica foi oficialmente organizada em 1935, sob a liderança do Cardeal Dom Sebastião Leme (1882-1942). Mesmo não sendo objetivo deste artigo tratamos do protagonismo de Dom Sebastião Leme na ação católica antes que ela fosse oficializada, tendo em vista o apoio incontestado e seu comprometimento efetivo com a organização desse movimento. Sua biógrafa, a Irmã Maria Regina do Santo Rosário (Laurita Pessoa Raja Gabaglia) notoriamente admiradora de sua obra apostólica, explica que ele foi ordenado em Roma em 1905 - ano da publicação da Encíclica de Pio X que lançava os princípios da atuação laica para a defesa da fé católica e da Igreja – retornando a São Paulo onde o Bispo Dom José de Camargo Barros, que também fora Bispo de Curitiba, estava a dois anos à frente da diocese, tendo recriado a Confederação Católica, “obra de imenso alcance, organismo destinado a coordenar todas as associações de piedade e de ação católica diocesanas.” (SANTO ROSÁRIO, 1962: p. 38) Com a morte de Dom José o padre Sebastião Leme assumiu a direção da Confederação Católica em São Paulo, dando início a uma importante e marcante experiência de orientação e direção dos leigos.

Alguns anos depois, em 1911, ele foi eleito bispo pelo Papa Pio X, vindo a assumir a diocese de Olinda em 1916 e a do Recife em 1918. A atuação em Pernambuco como arcebispo, portanto com autoridade, o levou a colocar em prática as orientações pontifícias da ação católica, tanto no que diz respeito à formação do clero, à reorganização das paróquias e a organização dos leigos, pois fundou em 1918 a Confederação Católica naquele Estado, seguindo o modelo paulista que conhecia muito bem. Segundo sua biógrafa esta organização “foi a promessa do que seria a Ação Católica e a menina dos olhos de D. Sebastião”. (SANTO ROSÁRIO, 1962: p.102) Foi a partir desta experiência à frente do Arcebispado de Olinda que Dom Sebastião Leme publicou a sua famosa Carta Pastoral de 1916, na qual tratou dos problemas do catolicismo no Brasil, fazendo uma crítica contundente ao contraste entre haver uma imensa maioria católica de fiéis e o estado de ignorância e de relaxamento religioso, que o fez proferir a célebre frase: “Somos uma maioria ineficiente. Eis o grande mal.” (apud. SANTO ROSÁRIO, 1962: p.68)

Foi no Rio de Janeiro que Dom Sebastião se tornou uma liderança católica reconhecida nacionalmente e seguida, contando com forte e decisivo apoio dos leigos. Segundo sua biógrafa, ao assumir as funções de arcebispo coadjutor tomou uma série de medidas que retratam bem a sua sintonia com o projeto de recristianização da sociedade brasileira, mas igualmente sua convicção da importância de formar uma elite laica composta primordialmente por homens, embora Dom Sebastião não tenha se esquecido das mulheres, como veremos mais à frente. Entre as medidas doutrinárias e religiosas Santo Rosário destacou: a reabertura do Seminário São José que se encontrava fechado há mais

de 16 anos; impulsionou a Obra das Vocações Sacerdotais; criou novas paróquias no Rio de Janeiro; estabeleceu as Semanas Missionárias, fortalecendo as missões paroquiais; deu início às celebrações de Cristo Rei, instituída por Pio XI em 1925; deu início à celebração das aparições do Sagrado Coração de Jesus, por ocasião de um congresso do Apostolado da Oração; e a realização dos Congressos Eucarísticos. Sobre a organização dos laicos a biógrafa acrescenta:

Nesse seu empenho de recristianizar um povo, D. Leme terá que canalizar, valorizando-as, as forças esparsas do apostolado leigo e – tarefa sumamente delicada – terá que promover a conquista para Deus dessas classes dirigentes, dessas elites intelectuais que por toda a parte e mormente num país de formação aluviônica como o nosso, desempenham papel decisivo na propagação das idéias. O primeiro escopo será confiado à Confederação Católica; quanto ao segundo sua realização será, em grande parte, o fruto da ação pessoal de D. Leme sobre as almas³ (SANTO ROSÁRIO, 1962: p.135)

A Confederação Católica foi criada em 8 de dezembro de 1922 no Rio de Janeiro por Dom Sebastião Leme. Cabe ressaltar que a idéia de confederar diferentes organizações e associações católicas fora enunciada por Pio X na encíclica *Il Fermo Proposito*, ressaltando que a Confederação deveria ser diocesana e dar liberdade de organização às diferentes associações federadas, sem procurar impor um modelo e nem uma direção única. O importante, segundo Pio X, era a unidade de princípios e o reconhecimento da autoridade eclesiástica e diocesana. Portanto, ao participar das Confederações de São Paulo, de Pernambuco e depois, ao fundar a Confederação Católica do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme criou a estrutura da ação católica no Brasil, oportunizando a participação de muitos homens e mulheres para atuarem de maneira mais orgânica, pois até então ficavam mais restritos às suas associações e confrarias, desempenhando atividades religiosas e caritativas, mas de maneira isolada. A Confederação Católica não só aproximou diferentes agentes das associações e confrarias, como também os instruiu, contribuindo para a criação de uma identidade católica militante, algo que vamos desenvolver quando tratarmos da participação das mulheres na Confederação e depois na Ação Católica Brasileira.

Dom Sebastião Leme publicou pelo Centro Dom Vital em 1923 uma brochura com o longo título “Ação Católica. Contém instruções de seu próprio punho escritas por sua Eminência Sr. Cardeal D. Sebastião Leme para a organização e o funcionamento da comissões permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro”. (LEME, 1933)

³ Santo Rosário se refere nesta passagem aos filhos espirituais de Dom Leme, os intelectuais Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Acrescentamos a esta filiação espiritual Stella de Faro.

Tratava-se de um programa para a organização e o funcionamento da Confederação, modelo que será adaptado para a Ação Católica Brasileira a partir de 1935, e também fazia publicar o decreto de instituição da Confederação. Na sua organização as distinções de gênero eram fundamentais. A Confederação contava com dois ramos distintos, mas interdependentes, o ramo masculino e o ramo feminino, representados na diretoria, presidida pela Autoridade Arquidiocesana, a vice-presidência, dois secretários e dois tesoureiros para cada seção masculina e feminina. As duas seções tinham reuniões periódicas das quais Dom Leme participava como a Autoridade Eclesiástica, quando as diversas comissões (masculinas e femininas) deveriam apresentar o relato de suas atividades mensais. O jornal católico *A Cruz*, fundado em 1919 como órgão da boa imprensa da Paróquia de São João Batista, do bairro de Botafogo, passou a ser um jornal diocesano a partir de 1925, tendo uma página exclusiva para a Ação Católica na qual noticiava as reuniões das comissões da Confederação Católica.

A publicação de 1923 tinha a intenção de traçar um programa de ação para as comissões da Confederação Católica, mas é inequívoco o tom combativo adotado por Dom Leme, conclamando os fiéis para a luta contra os inimigos da Igreja. Desta forma, refere-se aos fiéis confederados como integrantes de “pelotões” ou de “milícias”. Este tom combativo pleno de referências à ação militar e ao cenário de uma guerra já estava presente nos escritos tanto do clero brasileiro quanto de católicos leigos que publicavam na imprensa católica desde o final do século XIX, lembrando sempre da gravidade daquele tempo e da necessidade de organização e de ação a fim de vencer os inimigos e “salvar as almas”.

As duas seções da Confederação eram organizadas em várias comissões. A seção masculina contava com oito comissões: Propaganda, defesa e preservação da fé e moral; Obras de piedade e culto; Caridade e Assistência; Escolas; Imprensa; Arregimentação dos Homens e Mocidade; Obras Sociais e Operárias; Igrejas e Capelas Pobres. A seção feminina tinha nove comissões: Fé e moral (modas, diversões, etc.); Obras de piedade e culto; Obras de caridade e assistência popular; Santificação da Família; Escolas; Imprensa; Vocações sacerdotais; Obras Sociais e Operárias; Descanso Festivo.

Cabe destacar que no processo de organização da Confederação e de aproximação com as lideranças leigas Dom Leme deu grande destaque para a seção masculina da Confederação, em especial para a comissão de Arregimentação dos Homens e Mocidade, afinal, como ele disse, tratava-se de uma comissão de transcendental importância porque se atinha ao “elemento preponderante na sociedade – homens e moços.” (LEME, 1933: p.79) O arcebispo não deixa margens para dúvida quanto à necessidade de reter os homens, daí a importância da arregimentação que deveria ser o objetivo daquela comissão. Os problemas da época, em particular a regeneração espiritual, requeriam uma participação efetiva e atuante dos homens na Igreja e nas associações religiosas católicas. Dom Leme se lembrou de várias delas, mas demonstrou sua preferência e simpatia por um modelo de arregimentação e de associação masculina: as Conferências de São Vicente de Paulo:

O vicentino tem de ser homem de fé, homem de bem, homem de ação. E como o maior empecilho está em aspirações a figurar e mandar, o vicentino tem que ser humilde, obediente e sem pretensões. No dia em que os nossos homens fossem (sic) verdadeiros vicentinos, estariam resolvidos os problemas da ação católica. Teríamos soldados para todas as guerras santas, soldados de valor, disciplina e treinamento. Infere-se que se quisermos preparar homens para a ação católica, muito lucraremos com atraí-los para as Conferências de São Vicente de Paulo. (LEME, 1933: p.82)

Como apontamos acima, Dom Leme não esqueceu as combatentes católicas e deixou algumas importantes instruções nesta publicação para a Seção Feminina da Confederação Católica. A começar pela importante comissão de Fé e Moral, frente de verdadeiro combate contra os males resultantes da imoralidade, cujos focos estavam associados aos comportamentos em público, em particular os comportamentos femininos nos bailes e no uso de vestuário considerado indecente. Os outros focos de imoralidade que requeriam vigilância e combate sem trégua por parte das católicas eram os espetáculos teatrais, o cinema e as leituras. Daí a importância que o clero brasileiro deu à participação dos leigos, homens e mulheres, na divulgação da chamada boa imprensa, que incluía a publicação de resenhas e indicações de livros, como também o apoio aos jornais católicos, inclusive escrevendo e publicando seus próprios textos. Portanto, cabia às mulheres católicas, desde o início de sua arregimentação e atuação, a defesa da moral e dos costumes católicos, verdadeiras guardiãs não só em seus lares e suas famílias, mas cada vez mais no espaço público, denunciando as imoralidades das publicações e dos comportamentos, aprendendo a agir como censoras da moral e defensoras da fé católica.

Cabe ainda destacar um elemento desta publicação que consideramos muito importante, pois dá bem a medida de como o alto clero brasileiro estava em sintonia com o que acontecia no movimento católico laico internacional. Dom Leme indica às mulheres da Confederação que entrassem em contato com associações femininas católicas de outros países europeus e da América, conhecendo suas publicações e decisões tomadas em reuniões e congressos, cujas ideias poderiam vir a ser de grande utilidade para o associativismo católico feminino brasileiro. Referindo-se às deliberações do Congresso que criou a Federação Internacional das Ligas Femininas Católicas, Dom Leme destacou três teses: a primeira, sobre o princípio da unidade moral católica para os dois sexos, a fim evitar o erro, que segundo Dom Leme era comum no Brasil, de acreditar que na prática havia uma moral para os homens e outra para as mulheres. É interessante observar como Dom Leme e outros destacados clérigos da ação católica se opunham ao que chamamos de “dupla moral”, pois embora defendessem a existência de uma ordem natural de gênero que criara as diferenças entre homens e mulheres, eram rigorosamente contrários à ideia de que dessa diferença pudesse derivar comportamentos

morais diferentes. Ambos, homem e mulher católicos, deveriam seguir a mesma e rigorosa regra moral.

A segunda tese, com repercussões políticas mais significativas, era sobre o voto feminino, na qual se adotava no movimento católico feminino internacional uma posição de extrema cautela. (DELLA SUDA, 2007) Por um lado se admitia que as mulheres católicas deviam se preparar para a tremenda responsabilidade que seria exercer esse direito político, mas em nenhum país católico tal posição poderia ser defendida e mesmo o direito exercido sem prévia autorização e orientação dos bispos. Por último, a importante tese a respeito do associativismo feminino, pois prevaleceu a determinação pontifícia de que os católicos não deveriam participar de associações interconfessionais ou neutras. O movimento feminino católico deveria ser exclusivo e nos casos específicos de uma colaboração eventual com associações não católicas os bispos deveriam se consultados para a aprovação e orientação. Dom Leme sublinha que dessas três teses a última era fundamental e estava esquecida entre os brasileiros, afeitos a participar da maçonaria ou mesmo de associações nas quais havia protestantes e espíritas. O arcebispo reforça, portanto, o fortalecimento de associações exclusivamente católicas e obedientes à hierarquia clerical.

Por fim, gostaríamos ainda de destacar uma questão bastante importante na definição das finalidades do associativismo católico feminino que é a caridade. Ao se referir às comissões femininas de Caridade e Assistência e a de Obras Sociais e Operárias, Dom Leme explica que elas não visavam criar novas associações e nem ter o monopólio na direção das obras, mas tão somente coordenar os trabalhos já existentes. Lembra as várias associações pias e seu trabalho de caridade, assim como a vasta rede de organizações católicas que prestavam assistência, como os hospitais de caridade, asilos, orfanatos e outras obras mantidas pelas ordens terceiras e associações católicas. Aciona novamente o modelo do movimento vicentino, referindo-se às Damas de Caridade, consideradas por Dom Leme como verdadeiras “milícias de abnegação”. Entretanto, como o número de Conferências Vicentinas e de Associações de Damas de Caridade era insuficiente ainda no país para prestar a assistência aos necessitados, Dom Leme orientava que cabia à Comissão de Caridade e Assistência apoiar o crescimento das Damas de Caridade nas paróquias do Rio de Janeiro a fim de “apressar o advento dessa primavera vicentina”. (LEME, 1933: p.54) Dom Leme sublinhava ainda que o trabalho realizado pelas senhoras católicas da Comissão de Caridade e Assistência devia ter método a fim de contribuir para a compreensão do problema da mendicância, indicando que organizassem um centro geral de informações sobre os pobres atendidos nas diferentes paróquias do Rio de Janeiro para melhor distribuir as esmolas, mas também para conseguir distinguir os pobres e mendigos verdadeiros dos aproveitadores.

A comissão de Obras Sociais e Operárias tinha uma incumbência muito destacada por Dom Leme, seguindo, igualmente, uma orientação católica internacional de dar assistência espiritual, moral e material para as moças trabalhadoras. Stella de Faro desempenhou importante papel ao dirigir uma associação voltada para este fim, a Associação das Senhoras Brasileiras, criada em 26 de agosto de 1920 com o apoio do Cardeal Arcoverde e do Arcebispo Dom Leme. Entretanto, sua experiência na

organização do amparo às trabalhadoras já vinha da sua liderança na Pia União das Filhas de Maria. Em 1913 foi fundada a Obra de Proteção às Moças Solteiras com apoio diocesano e das mulheres da elite do Rio de Janeiro, com o objetivo de proteger as moças trabalhadoras, tanto do que então se denominava de “perigos morais”, quanto a fim de prepará-las para o trabalho por meio de escolas profissionais. Stella de Faro foi uma defensora ardorosa desta instituição, escrevendo sobre sua utilidade nas páginas da revista dirigida por ela, *O Apostolado das Filhas de Maria*. Como parte desse trabalho assistencial da Obra de Proteção às Moças Solteiras fundou-se uma escola doméstica no Colégio da Imaculada Conceição, sob a direção das Irmãs de Caridade. O trabalho de Stella de Faro voltado para as moças trabalhadoras ocorreu um pouco mais tarde, na década de 1920, quando foi criada a Escola Comercial Feminina, mantida pela Associação das Senhoras Brasileiras a fim de prepará-las para conseguir empregos no comércio, nos escritórios e no serviço público.

Desta forma, com a criação da Confederação Católica no Rio de Janeiro deu-se a oportunidade de uma ação católica efetivamente organizada pelo clero, mas que abriu aos homens e particularmente às mulheres laicas novas frentes de ação para além das atividades devocionais e de caridade. As comissões tinham grande abrangência de ação, passando a atuar em várias frentes e dando visibilidade maior para as mulheres, em especial para lideranças que se formaram nesse contexto que antecedeu a criação da Ação Católica Brasileira, como foi o caso de Stella de Faro, uma das mais atuantes, destacadas e reconhecidas lideranças femininas entre as décadas de 1910 e 1950. (MESQUIDA, 2009) Desta forma, quando em 1935 o então Cardeal Dom Sebastião Leme fundou a Ação Católica, já contava com um “exército” de homens e de mulheres disciplinado, experiente, bastante combativo e convicto de que seu combate apenas se iniciara.

Mulheres católicas em ação

A Ação Católica foi definida desde Pio X como o apostolado dos laicos, de natureza prática, organizativa, sempre sob a autoridade da hierarquia clerical. Sua base era a paróquia, mas seu centro era a diocese, portanto, os laicos se reportavam diretamente ao pároco por meio de suas associações, que por sua vez, se reuniam ao redor do centro da diocese, ou seja, da autoridade do bispo, valendo a máxima *nil sine Episcopo*, ou seja, nada poderia ser realizado contra ou sem o conhecimento e a autorização do bispo. Acrescentamos que essa linha da observância e obediência à hierarquia se completava com a deferência e o reconhecimento do poder incontestado e universal do Papa, como se pode notar pelos mais diferentes testemunhos dessa reverência por parte da militância laica católica na imprensa. Segundo Alceu Amoroso Lima a definição nominal da Ação Católica havia sido estabelecida por Pio X, mas fora o Papa Pio XI, o Papa da Ação Católica, que havia estabelecido a sua definição real desde a publicação da Encíclica *Ubi Arcano Dei*, em 23 de dezembro de 1922. Essa definição real e definitiva é parafraseada por Lima ao citar uma carta do Papa Pio XI dirigida à Federação Internacional das Ligas Católicas Femininas em 1928:

[A Ação Católica é] a participação dos seculares católicos no apostolado hierárquico para a defesa dos princípios

religiosos e morais, para o desenvolvimento de uma sã e benéfica ação social, sob a ação da hierarquia eclesiástica, fora e acima dos partidos políticos, com o fim de instaurar a vida católica na sociedade. (apud. LIMA, 1938: 47)

Organizada como um movimento universal a Ação Católica tinha como princípio a ordem, representada pela observância da distinção entre o clero e os leigos. Entre os leigos a principal diferença era da ordem do gênero e da geração, consideradas como diferenças naturais. Da mesma forma que a Confederação Católica, a Ação Católica Brasileira estava dividida nos ramos masculino e feminino, denominados Homens da Ação Católica (homens com mais de 30 anos e casados de qualquer idade) e Liga Feminina da Ação Católica (mulheres de mais de 30 anos e casadas de qualquer idade). A geração estava presente nas outras organizações como a Juventude Masculina e a Juventude Feminina, acrescida da uma diferenciação social com a Juventude Operária Católica. Também havia setores voltados especialmente para as crianças e adolescentes, para camponeses e estudantes universitários. Encimando este corpo hierárquico composto pelo clero e pelos leigos havia a ordem divina, sendo a Ação Católica consagrada ao Coração Eucarístico de Jesus e cada um dos ramos fundamentais com um patrono. A Liga Feminina da Ação Católica tinha como padroeira Santa Ana. (ROSSI, 1949)

Para ingressar na Ação Católica era necessário

ter vida moral exemplar; praticar os Sacramentos; aceitar os Estatutos, Regulamento e Diretrizes da Ação Católica Brasileira; admissão, após estágio, pelas Diretorias Paroquiais, ou em casos extraordinários, pelas Diretorias Diocesanas; efetuar pagamento da taxa anual a ser fixada pela Junta Diocesana.” (ROSSI, 1949: p.137)

Da mesma forma que a Ação Católica era organizada hierarquicamente, os setores masculino e feminino também o eram. A Liga Feminina era composta por estagiárias, sócias, militantes, dirigentes e propagandistas, categorias estas definidas pelo tempo de ingresso, experiência e dedicação à Ação Católica. A estagiária era a jovem mulher ingressante nas atividades paroquiais que deveria frequentar as atividades programadas pela Liga, especialmente os cursos de formação. A sócia era aquela mulher que havia assumido um compromisso com a Ação Católica, usava um distintivo, além de desenvolver o trabalho de convencimento e de aproximação com as jovens da paróquia e com as estagiárias, tendo se iniciado no apostolado leigo como missionária. A militante era quem assumia compromissos com a organização da Ação Católica, tendo mais tempo livre para este trabalho. Já a dirigente assumia um apostolado oficial reconhecido e chancelado pela hierarquia eclesiástica. Como bem definiu Altair Malan D'Angrogne - uma militante católica muito próxima e amiga de Stella de Faro - a mulher dirigente seria uma *alma sacerdotal em vestes leigas*, encontrando seu modelo de piedade em Nossa Senhora.

Referindo-se a uma alocução de Alceu Amoroso Lima, Altair Malan D'Angrogne explicava como a dirigente deveria bem exercer suas funções em três direções:

1- Para cima – saber obedecer, sujeitar-se às ordens, obediência pronta, livre, não de encomenda; 2- Para o lado – cooperação, colaboração. A dirigente deve despertar o entusiasmo pelo trabalho e saber aceitar as iniciativas alheias; 3- Para baixo – Saber mandar. A dirigente deve ter autoridade. Não ser autoritária, mas saber distribuir ordens a maneira que cada pessoa seja designada para a função onde pode render o máximo. Tem, enfim, o jeitinho especial para que a pessoa faça o que lhe é pedido ou exigido com boa vontade, com alegria. (D'ANGROGNE, 1939: p.120)

Por fim, a propagandista seria a dirigente com formação em cursos oferecidos pela Ação Católica e que assessorava a Diretoria Diocesana, sendo alguém de elaborada cultura religiosa e muito próxima ao Arcebispo. Segundo Altair Malan D'Angrogne eram várias as qualidades que deveria ter uma propagandista da Liga, como equilíbrio e bom senso, ao que ela acrescenta: “A inteligência, a simpatia, a correção exterior, uma boa dicção, facilidade de falar, são certamente qualidades ótimas para uma propagandista, mas nulas se não vierem acompanhadas da sensatez, do discernimento.” (D'ANGROGNE, 1939: p.121)

O trabalho da Liga era bem diversificado e sustentado na tríade piedade, formação e ação. Stella de Faro explicou no número 1 do Boletim da Liga que “sem piedade profunda, esclarecida, e conseqüentemente irradiante, não pode haver Ação Católica.” (FARO, 1942: p.93) Stella preocupava-se muito com a formação espiritual das integrantes da Liga, que deveria ser realizada preferencialmente pelo Assistente Eclesiástico em retiros espirituais. A formação era condição necessária para a participação na Liga e para que as militantes e dirigentes pudessem preparar adequadamente as estagiárias. A formação doutrinária era outra importante base da Liga, estabelecendo contato com outros círculos da Ação Católica e recorrendo a material bibliográfico produzido e/ou chancelado pelo clero. Também fazia parte da formação o que Stella chamava de programação cultural, que consistia na organização de palestras e conferências com especialistas sobre temas selecionados. Essa formação cultural era importante para mulheres que pretendiam exercer influência no seu meio social, em particular entre as dirigentes da Liga. Por fim, o terceiro eixo do trabalho da Liga era a ação.

Em relatório produzido em 1946, Stella de Faro explicava as atividades que foram desenvolvidas em 1945. Naquele momento a Liga se ramificava no Rio de Janeiro por dez paróquias, integrando 452 mulheres, sendo 75 estagiárias. Promoviam reuniões nas suas residências para atrair outras mulheres ainda não filiadas, reuniões nas quais, segundo Stella de Faro, “procuravam encaminhar com toda a naturalidade a conversa para o assunto preparado. Foram realizados 16 encontros com ótimos resultados com

modificações de opinião sobre o divórcio, sobre a educação dos filhos, propaganda de bons livros, etc.” (FARO, 1946: p.2) Outro trabalho importante da Liga era o que hoje chamamos de *lobby*, enviando telegramas para os políticos lembrando-os dos compromissos com os postulados católicos, trabalho este que mulheres como Stella de Faro sabiam fazer muito bem desde a criação da Liga Eleitoral Católica e da participação atuante por ocasião da Constituinte de 1934.

Uma das atividades fundamentais da Liga era a devocional, promovendo missas para casais, Páscoas em Ministérios e outras repartições públicas e a entronização dos Sagrados Corações de Jesus e Maria nos lares católicos. Ao lado das atividades devocionais havia o importante trabalho de convencimento para mudar comportamentos considerados inadequados, algo que as mulheres católicas já faziam desde a época da criação da Confederação e da comissão de Fé e Moral. Nessa direção promoviam campanhas de “bom comportamento” nas igrejas, para evitar vestuário inapropriado e incutir o respeito pela observância do silêncio e manter as cabeças das mulheres cobertas pelos véus. Distribuíam catecismos, folhetos, santinhos, jornais religiosos e medalhas.

Outro trabalho para o qual deviam se preparar era voltado à ação social, fazendo campanhas de arrecadação de alimentos, roupas e medicamentos para os pobres e doentes das paróquias, bem como para as mães pobres e seus filhos. Esse era um trabalho próximo daquele realizado pelas Damas de Caridade, tão elogiadas por Dom Leme, que era visitar os doentes das paróquias para levar auxílio espiritual e material. Por fim, como parte da ação social as mulheres da Liga ministravam cursos de corte e costura, leitura, aritmética e instrução religiosa para jovens pobres e mulheres casadas da paróquia. Além de todo este trabalho político, assistencial e de propaganda as lideranças femininas ocupavam cargos de responsabilidade nas diversas associações arquidiocesanas e paroquiais como o Apostolado da Oração, as Filhas de Maria, as Damas de Caridade e tantas outras associações.

A trajetória da dirigente Stella de Faro iniciada na década de 1910 é um retrato do que foi a integração e a participação das mulheres na Ação Católica, bem como da construção de uma identidade católica militante. Oriunda de uma família católica bastante atuante desde os tempos do Império, ela foi uma dirigente desde muito jovem, à frente da Pia União das Filhas de Maria, quando já defendia a necessidade de uma educação feminina que preparasse as meninas e as moças para serem verdadeiras mulheres católicas, ou seja, esposas e mães exemplares que saberiam cumprir seu papel essencial, formar os filhos e os cidadãos. Mas a educação católica não deveria parar aí, afinal Stella não se casou e não considerava, portanto, que o casamento fosse um destino para todas as mulheres católicas. Boas mulheres católicas poderiam exercer seu apostolado, fosse escolhendo a vida religiosa, fosse atuando no mundo como educadoras ou pelo exercício da caridade. Stella de Faro defendia uma educação que incutisse os princípios do que ela chamava de cultura elevada, ou seja, bom conhecimento de idiomas, história, aritmética e religião, o acesso a uma literatura internacional sancionada pela Igreja, o refinamento das atitudes e o autocontrole, ou seja, uma educação que formasse mulheres de elite, ou como ela dizia, o escol da sociedade.

A vida da militante e dirigente de Stella Faro, bem como a de outras suas contemporâneas, foi coerente com o projeto de formação de uma elite feminina católica disciplinada e piedosa. Nesse sentido a Liga Feminina da Ação Católica representou um importante papel ao criar um espaço de ação e de formação para as mulheres no interior de um projeto mais amplo da Ação Católica, espaço este no qual as mulheres não estiveram em segundo plano, mas atuando à frente de campanhas e movimentos, desde as pequenas reuniões para rezar o terço ou entronizar nos lares católicos o Sagrado Coração de Jesus, até a organização de grandes manifestações públicas como os Congressos Eucarísticos, Semanas da Ação Católica, campanhas contra o divórcio e em favor da família, ações educativas e de propaganda católica.

Ao ler os jornais da época nota-se que a participação feminina na Ação Católica não pode ser analisada pelo viés exclusivo da submissão e de um papel que supostamente teria sido passivamente coadjuvante. É certo que muitas mulheres da elite católica não foram exatamente protagonistas sociais, desempenhando um papel mais restrito como representantes do clero e dos homens de suas famílias. Mas tal constatação não nos autoriza a afirmar que todas as mulheres envolvidas com as associações católicas e as causas sociais e políticas, particularmente as dirigentes e propagandistas fossem autômatos de maridos, pais ou padres ventríloquos. Certamente é preciso considerar a moda da benevolência entre mulheres de elite e a emulação, mas muitas se envolveram em projetos como a Ação Católica e a assistência social a partir da firme convicção que aquele era um espaço adequado para elas, mesmo que para a maioria das mulheres ocupar um lugar público a partir da religiosidade e da benevolência fosse entendido como uma emanção de suas qualidades morais e de sua experiência como sujeitos privados. Paradoxalmente o privado não as privou da ação pública.

Considerações finais

Neste artigo defendemos que a religião e a socialização feminina conservadora instrumentalizaram mulheres como Stella de Faro e tantas de suas colegas da Confederação Católica e da Liga Feminina da Ação Católica para agir e para se expressar, tomando a palavra no espaço público, obtendo reconhecimento, prestígio e autoridade, afinal, como disse Altair Malan D'Angrogne, elas não só deveriam obedecer e colaborar, mas saber mandar. Também participaram ativamente da construção de uma identidade católica militante, na qual sobressaiu tanto o sentimento de fazer parte de um projeto universal de “salvação das almas”, algo que não pode ser subestimado naquele contexto de restauração espiritual, como também de regeneração e reconstrução nacional pelo catolicismo. Por fim, um elemento bastante importante desta identidade católica militante foi a percepção de que as mulheres católicas integravam um grupo marcado pela distinção social, sem dúvida, afinal a maioria das dirigentes vinha das classes mais privilegiadas, mas principalmente pela distinção intelectual e moral, o que as aproximava de outras mulheres da época, como as feministas de perfil liberal que igualmente pugnavam pela inserção das mulheres nas elites por meio da educação e da formação cultural. Portanto, um elemento importante da identidade católica militante é a percepção de que eram o escol da sociedade e que nessa posição tinham algo a fazer, não só por elas próprias ou por seu grupo social e familiar, mas pelo Brasil, pela Igreja e pela fé católica. Para mulheres que

havam conquistado o direito ao voto no Brasil somente em 1932 é preciso reconhecer que mais do que piedade havia uma dose relativa de ambição reformadora a ser conquistada com a disciplina forjada na experiência da militância e do associativismo.

O desafio para a pesquisa sobre mulheres e catolicismo no Brasil reside no trabalho de desconstrução de uma imagem estereotipada e única do associativismo conservador feminino, mas particularmente na interpelação do silêncio que o cerca, tanto por parte da Igreja, quanto por parte dos historiadores e das historiadoras sobre a atuação das mulheres no movimento católico brasileiro e internacional. Nesta direção faz-se necessário conhecer as trajetórias biográficas daquelas mulheres, tarefa difícil, afinal a documentação sobre elas é escassa e fragmentada, mas não é impossível. Somente conhecendo suas origens familiares, seus comprometimentos com a vida religiosa de piedade e de caridade, bem como com a militância católica, será possível enfrentar teórica e empiricamente o silêncio e o esquecimento aos quais foram desterradas.

Referências bibliográficas

- BRION, Ioneide Maria Piffano. *As Filhas de Maria: uma história social da Pia União*. 2009. Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- D'ANGROGNE, Altair Malan. Conceito de estagiária, sócia, militante, dirigente e propagandista. *Revista da Ação Católica*. Órgão da Ação Católica Brasileira. Rio de Janeiro, Ano II, No. 4, 116-122. 1939.
- DELLA SUDA, Magali. *Une activité politique conservatrice avant le droit de suffrage en France et en Italie*. Socio histoire de la politisation de femmes catholiques au sein de la Ligue Patriotique des Françaises (1902-1933) et de l'Unione fra le donne cattoliche d'Italia (1909-1919). 2007, Tese de doutorado da Ecole des Hautes Etudes em Science Sociales e da Universidade de Roma "La Sapienza", Paris.
- DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem*. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- FARO, Stella de. Mensagem da Presidente. *Boletim da Liga Feminina de Ação Católica*. Rio de Janeiro, Ano 1, Número 1, p. 1, 1942.
- FARO, Stella de. Mensagem da Presidente. *Boletim da Liga Feminina de Ação Católica*. Rio de Janeiro, Ano 1, Número 3, p. 1, 93-94. 1942
- FARO, Stella de. *Relatório das Senhoras da Ação Católica*. Rio de Janeiro, s.ed., 1946.
- FAYET-SCRIBE, Sylvie. *Associations féminines et catholicisme*. De la charité à l'action sociale. XIX^e – XX^e siècle. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1990.
- GUARIZA, Nadia Maria. *As guardiãs do lar*. A valorização materna no discurso ultramontano. 2003. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- GIBSON, Ralph. Le catholicisme et les femmes en France au XIX^e siècle. *Revue d'Histoire de l'Église de France*, Tome 79, N. 202, p. 63-93, 1993. http://www.persee.fr/doc/rhef_0300-9505_1993_num_79_202_1095

- GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. (Org.) *História das Mulheres*. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL, 1994. 199-237
- LEME, Dom Sebastião. *Ação Católica*. Contem instruções de seu próprio punho escritas por sua Eminência Sr. Cardeal D. Sebastião Leme para a organização e o funcionamento das comissões permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1933.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Elementos de Ação Católica*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.
- MACKNIGHT, Elizabeth C. Why weren't they feminists? Parisian noble women and the campaigns for women's rights in France, 1880-1914. *European Journal of Women's Studies* 14(2), 127-141, 2007.
- MARQUES, Tiago Pires. O Apostolado da Oração e a socialização religiosa das camadas populares. In FERREIRA, António Matos & ALMEIDA, João Miguel. (Coord.) *Religião e cidadania*. Protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2011.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MESQUIDA, Peri. A educação na restauração lealista da Igreja: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública. 1934-1945. *Revista Diálogo Educacional*, Vol.9, N. 27, 279-295, Maio-Agosto 2009.
- NUNES, Maria José Rosado. Le 19ème siècle: un tournant dans l'Eglise catholique et dans la vie des femmes au Brésil. *Social Compass* 43(4), 503-513, 1996.
- PIO X, Papa. *Il fermo propósito*. Para a instituição e o desenvolvimento da Ação Católica, associação laica para a propaganda católica religiosa no mundo profano. 1905. http://w2.vatican.va/content/pius-x/it/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_11061905_il-fermo-proposito.pdf
- REIS, Adriana Dantas. *Corá: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFB, 2000.
- ROSSI, Cônego Agnelo. *Formação de estagiários da Ação Católica*. Petrópolis: Vozes, 1949.
- SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do. *O Cardeal Leme (1882-1942)* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962.
- ZIMMERMAN, Gustave. L'Eglise et la association. *L'Éveil* (Les Échos de Saint Maurice). Saint Maurice, Tome 13, 103-109, 1911